

INVESTIGAÇÃO

Nova ofensiva contra STF

Grupo liderado por Marcel Van Hattem pretende apurar suposta violação de direitos e garantias praticadas pelo Judiciário

» TAÍSA MEDEIROS
» FERNANDA STRICKLAND

Paulo Sergio/Câmara dos Deputados



As recorrentes ofensivas contra o Judiciário ganharam mais força na manhã de ontem. O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) anunciou que conseguiu o número suficiente de assinaturas para protocolar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Abuso de Autoridade — iniciativa que, segundo ele, tem a finalidade de investigar a “violação de direitos e garantias fundamentais, a prática de condutas arbitrárias sem a observância do devido processo legal, inclusive a adoção de censura e atos de abuso de autoridade, por membros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF).”

O texto foi protocolado com 181 assinaturas. Casos específicos de supostos abusos de autoridade são citados no documento: a busca e apreensão nos endereços de oito empresários por terem compartilhado mensagens supostamente antidemocráticas em um aplicativo. “A decisão do ministro, que foi baseada única e exclusivamente em conversas de WhatsApp”, justifica.

O segundo motivo é que, além das buscas, o magistrado determinou o bloqueio das contas bancárias e das redes sociais dos empresários, a tomada de depoimentos e a quebra de seus sigilos bancários. O terceiro motivo alegado pelo deputado foi a ocorrência de supostas censuras a parlamentares, à produtora *Brasil Paralelo*, à emissora *Jovem Pan* e ao jornal *Gazeta do Povo*. “É inadmissível que, sob o pretexto de combater a desinformação, o Poder Judiciário tenha o poder de decidir o que um veículo de imprensa pode ou não publicar”, diz o texto.

“É uma CPI para buscar também pacificar o país nesse momento. Nós somos muito cobrados como parlamentares para que nesse momento ajamos. O parlamento precisa se situar no seu lugar de direito,

Texto protocolado por Van Hattem possui 181 assinaturas e aponta casos específicos para justificar a abertura do processo de investigação



É uma CPI para buscar também pacificar o país nesse momento. Nós somos muito cobrados como parlamentares para que nesse momento ajamos”

Marcel Van Hattem (Novo-RS), deputado federal

que é a defesa da democracia”, disse Van Hattem, em coletiva de imprensa. “Não é com esse tipo de atitude que estamos vendo que solucionamos os problemas que nossa jovem democracia tem.”

Impeachment

Na esteira das críticas ao judiciário, cinco senadores entraram com um pedido de impeachment de Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A solicitação foi protocolada na Presidência do Senado pelos senadores Eduardo Girão (Podemos-CE), Luiz Carlos Heinze (PP-RS), Styvenson

Valentim (Podemos-RN), Lasier Martins (Podemos-RS) e Plínio Valério (PSDB-AM) e anunciado em coletiva de imprensa, na última quarta-feira, 23.

Segundo Girão, são três os pontos principais incluídos no pedido. O primeiro seria a atuação político-partidária em reunião com lideranças, caracterizando interferência direta em outro poder na ocasião da votação da PEC do voto auditável. “Coincidentemente, após essa reunião, deputados que eram a favor do voto auditável foram substituídos por deputados que eram contra o voto auditável”, aponta.

O segundo ponto é que o ministro não se declarou suspeito

nos julgamentos envolvendo a legalização das drogas e do aborto no Brasil, mesmo tendo feito palestras no exterior, advogando a favor de ambas as causas. E o terceiro ponto listado diz respeito ao jantar reservado, enquanto estava nos Estados Unidos, com o advogado de Lula, Cristiano Zanin. “O ministro Luís Roberto Barroso votou na anulação dos processos do Lula, ou seja, ele ajudou a anular as condenações, o que permitiu que o ex-presidente se candidatasse nessas eleições”, completou.

As críticas a Barroso aumentaram após um episódio, na semana passada, em Nova Iorque.

Enquanto o magistrado caminhava por uma rua da cidade norte-americana, um manifestante o perguntou se ele “vai responder às Forças Armadas” e se “vai deixar o código-fonte ser exposto”. Barroso rebateu com um “perdeu, mané. Não amola!”. Durante a coletiva, Girão ressaltou que o “caos” reinante no país, é decorrente, possivelmente, do que ele chamou de “atitudes do ministro com a atividade político-partidária” e ao que considera uma quebra da harmonia e da independência entre os Poderes. “No nosso modo de entender, isso é uma interferência direta de um Poder sobre outro”, declarou.

DEBANDADA

Partidos caem fora após decisão contra o PL

Após a decisão de Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de multar em R\$ 22,9 milhões à coligação que apoiou a candidatura do presidente Jair Bolsonaro (PL), a aliança começa a dar sinais de ruptura. A decisão de Moraes foi motivada pelo relatório do PL que pedia a anulação de votos do segundo turno das eleições sem indicar prova de fraude. Na decisão, o ministro definiu o pedido como “esdrúxulo e ilícito”, e que atenta contra o Estado democrático de direito.

Ontem, o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), disse à *CNN* não ter “nada a ver com isso”. “Não fui consultado e não compartilho dessa opinião”, em relação à decisão do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, de questionar o resultado do pleito que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O representante do partido deve pedir a exclusão da legenda da ação ingressada pelo PL pela falta de consulta à sigla no ato do questionamento às urnas.

Parte da coligação com o PL, o Republicanos tem a presença de muitos integrantes da igreja Universal, do Bispo Edir Macedo, e consagrou, nas últimas eleições, nomes como do governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e do vice-presidente Hamilton Mourão e da ex-ministra Damarens Silva, que

assumirão cadeiras no Senado pelo Rio Grande do Sul e pelo Distrito Federal, respectivamente. Na aliança também está o Partido Progressista (PP), do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Multa “absurda”

Por meio das redes sociais, o vice-presidente Hamilton Mourão caracterizou, ontem, como “absurda” a multa ao PL de R\$ 22,9 milhões, determinada pelo ministro Alexandre de Moraes. O general completou que “sanções desproporcionais configuram vingança”, e que a questão da confiabilidade das urnas é “uma polêmica justificada”.

Segundo Mourão, tal polêmica ocorre de forma nacional. “O recente recurso do PL, protocolado mais de 20 dias depois da proclamação oficial dos resultados das eleições, não dá ao TSE o direito de rejeitá-lo peremptoriamente e extrapolá-lo, mais uma vez, por intermédio de uma multa absurda e inclusão dos demandantes em inquérito notadamente ilegal”, explicou. “Supressão discricionária do direito de recorrer e sanções desproporcionais configuram vingança, tudo que o Brasil não precisa neste momento”, acrescentou o senador eleito pelo Rio Grande do Sul.

Mourão defendeu ainda, que “é chegada a hora da direita conservadora se organizar e

EVARISTO SA / AFP



é chegada a hora da direita conservadora se organizar para combater a esquerda revolucionária. Necessário é reagir com firmeza, prudência e conhecimento”

Hamilton Mourão, vice-presidente

acusou Moraes de “ferir de morte o Pacto Federativo”. “Hoje, rumamos para um precipício. Assim, é chegada a hora da direita conservadora se organizar para combater a esquerda revolucionária. Necessário é reagir com firmeza, prudência e conhecimento; dentro dos ditames democráticos e constitucionais, para restabelecer o Estado democrático de direito no Brasil”, concluiu.

Na última quarta-feira, o presidente do TSE, ministro Moraes, indeferiu o pedido do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, para anular o segundo turno eleitoral que consagrou Lula como novo presidente do país. Além de negar o pedido, Moraes aplicou multa à legenda.

Em uma rede social, a senadora Kátia Abreu (PP-TO), que integra a equipe de transição do governo Lula, questionou se o

vice-presidente Hamilton Mourão aceitaria a impugnação das urnas no primeiro turno. O general foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul.

“General vc (sic) aceitaria impugnar as urnas do primeiro turno? Ou só do 2º. O senhor mudou muito. Este inconformismo por quem te tratou com tanto desprezo o mandato todo. Quem diria”, escreveu a parlamentar. (TM e FS)

Bolsonaro se reúne com militares

O presidente Jair Bolsonaro (PL) participou de reunião com os comandantes das Forças Armadas, ontem, no Palácio da Alvorada. O encontro entrou na agenda do chefe do Executivo após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitar a ação que contestava sua derrota eleitoral no segundo turno.

Generais do Exército ouvidos pela Agência Estado, avaliam que o caminho de contestar a decisão de Moraes em relação ao pedido do PL, para anular o segundo turno eleitoral, bem como a multa aplicada é uma forma de elevar, ainda mais, a temperatura dos atos de viés intervencionista que se acumulam no entorno de quartéis pelo país. Os oficiais apostam que não prosperará, pois entendem que o argumento principal, a impossibilidade de identificação das urnas, não se sustenta nos fatos.

No entanto, os oficiais-generais mantêm críticas à atuação da Justiça e, sobretudo, de Moraes. Eles entendem que deveria haver um esforço de comunicação do TSE, para que fosse explicado à população de forma clara e simples, as razões para rejeição da ação e que há segurança no sistema eletrônico de votação.

Desde o resultado das urnas, os comandantes não haviam participado das reuniões no Alvorada. Também não assinaram notas nem o resultado da fiscalização realizada por militares sob a chefia do ministro da Defesa, Paulo Sergio Nogueira de Oliveira. (Com Agência Estado)